

NOTA TÉCNICA 01.5/2016

DATA: 24/11/2016

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2016 -
5ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2016 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

A continuidade do cenário econômico de recessão exige a revisão dos valores antes apresentados na Nota Técnica 01.4/2016 de 06 de setembro de 2016 – 4ª Revisão de Receita. A reestimativa tem o intuito de adequar a projeção de Receitas ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos.

As alterações estão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

A atividade econômica nacional tem apresentado lenta recuperação, após curto período de euforia por conta da redução do acirramento político.

Diversas reformas econômicas continuam na pauta do Congresso, a saber: fiscal, previdenciária e trabalhista. Estas, indubitavelmente, necessitam de breve aprovação para produzir os efeitos desejados sobre o resultado das contas públicas e da confiança do mercado na retomada do crescimento econômico.

Entretanto, o Governo tem dado sinais contraditórios no que tange a retomada do reequilíbrio fiscal. Se por um lado, as reformas estruturantes de repasse dos gastos públicos estão em curso no Parlamento, há iniciativas de recomposição salarial para o funcionalismo público que comprometem a expectativa em torno da efetividade do controle fiscal.

Neste diapasão, recente relatório do Boletim Focus, datado de onze de novembro de 2016, indica decréscimo do PIB da ordem de -3,37% para este ano. O resultado demonstra uma recuperação lenta da economia.

No que tange aos aspectos internacionais, o processo eleitoral dos EUA, que culminou com a vitória do republicano *Donald Trump*, trouxe, ainda, mais instabilidade. A perspectiva de aumento de taxa de juros e o esperado aumento do protecionismo decorrente da eleição norte-americana têm provocado instabilidade financeira com repercussões nos mercados emergentes, sobretudo no Brasil.

A Europa continua a apresentar resultados econômicos pouco consistentes, potencializados pela elevação do nível de incerteza gerado com o encaminhamento da saída do Reino Unido da União Europeia, por meio de plebiscito.

Apesar da conjuntura internacional desfavorável, a redução do nível de incerteza no país vinha ensejando forte valorização do real frente ao dólar, nos últimos meses. Entretanto, nota-se que o resultado da eleição norte-americana provocou intensa volatilidade cambial com forte valorização do dólar frente ao real. Segundo boletim Focus datado de onze de novembro de 2016 espera-se um câmbio médio de 3,43 R\$/US\$ para este ano.

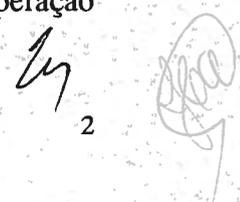
Com relação à balança comercial, a alteração de patamar do câmbio de 2015 para 2016 propiciou a melhora dos indicadores. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a setembro de 2016, saldo acumulado de + US\$ 36,179 bilhões ante + US\$ 10,252 bilhões, no ano anterior. Da mesma forma, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a setembro de 2016 + US\$ 2,510 bilhões contra um déficit de US\$ 23 milhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a setembro de 2016 de 5,51% contra 7,64% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (11/11/2016) prevê que o índice feche o ano de 2016 em 6,84%, um pouco acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento e no período compreendido entre janeiro e setembro de 2016 acumulou 5,86%, ante 7,2% em 2015.

A indústria brasileira tem demonstrado sinais de recuperação, entretanto, os resultados no acumulado do ano continuam no campo negativo e indicam que a recuperação

2



efetiva do setor ainda demandará tempo. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a setembro de 2016 registrou uma variação percentual acumulada negativa de 7,8%. Enquanto, no ERJ a queda foi de -6,6%.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da expectativa de retração da demanda interna e externa, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (11/11/16), deve fechar o ano de 2016 com forte queda de 6,06%. Segundo o mesmo relatório, espera-se uma recuperação substancial em 2017, com crescimento previsto de 1,11%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores continua a demonstrar a desestruturação da indústria nacional. Contudo, na mesma linha da produção da indústria em geral, espera-se uma recuperação gradual nos próximos meses. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e setembro de 2016 de -17,0%, o ERJ, por sua vez, apresentou desempenho menos negativo, com retração de 10,2%.

O setor do comércio varejista tem sido assolado de maneira severa pela retração acentuada da demanda interna. No acumulado do ano (janeiro a setembro de 2016) o país apresentou redução percentual de 6,5%. A mesma variação para o ERJ acumula queda ainda maior, -8,0%. O impacto desse movimento pode ser notado na redução drástica dos postos de trabalho neste setor, intensivo em mão-de-obra.

Diante deste cenário, o mercado de trabalho para o ERJ tem indicado persistente aumento do desemprego. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de setembro de 2016 indicam variação mensal de - 0,66%, fruto da retração líquida de 23.521 vagas. No ano o saldo está negativo em 165.568 postos de trabalho, um decréscimo de 4,44%, com destaque para serviços, construção civil e comércio. A retomada da geração de emprego deve ser lenta e gradual, e dependerá ainda de uma recuperação mais efetiva da atividade econômica.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2016 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		REVISÃO 1.5 X REVISÃO 1.4	
		Revisão 1.4 (G)	Revisão 1.5 (H)	(H - G)	Δ% (H/G-1)
IRRF	100	3.090	3.090	-	
IPVA	100	2.840	2.840	-	
ITD	100	1.338	1.338	-	
FECF	122	4.072	4.072	-	
ICMS	100	31.996	31.277	- 718	-2,2%
TAXAS	132	20	20	-	
Receita Financeira		146	74	- 72	-49,3%
FPE	107	1.281	1.281	-	
IPI	107	864	784	- 80	-9,3%
Lei Kandir	107	86	86	-	
CIDE	126	102	82	- 20	-19,6%
Salário Educação	105	428	428	- 1	-0,1%
Demais Transf. União	101	60	125	65	108,7%
Multas e Juros		566	664	99	17,5%
Dívida Ativa		328	340	12	3,8%
Dep. Judiciais tributários	190	-	-	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		97	35	- 62	-63,9%
Restituições e Indenizações		235	83	- 152	-64,6%
Demais Receitas	101	352	50	- 302	-85,8%
Outros		121	359	238	197,4%
	100	-	-	-	
	101	108	349	242	224,4%
	107	0	0	-	
	132	9	9	-	
	191	-	-	-	
	195	4	-	- 4	-100,0%
Receita Intra - Demais Receitas	101	-	-	-	
Concessões	101		125		
AUXÍLIO FINANCEIRO 734/2016	192	2.900	2.900	-	
Subtotal 1		50.922	50.054	- 868	-1,7%
Alienação de Bens	133	-	-	-	
Depósitos judiciais	191	-	-	-	
Operações de Crédito	111	2.782	2.782	-	
Receita Financeira	111	200	125	- 75	-37,5%
Subtotal 2		2.982	2.907	- 75	-2,5%
Royalties & FEP		3.483	3.483	-	
	104	1.559	1.593	34	2,2%
	231	1.924	1.890	- 34	-1,7%
TOTAL GERAL (1+2+Royalties)		57.386	56.443	- 943	-1,6%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

1. **ICMS** – Reestimado a menor em R\$ 718 milhões em comparação à 4ª Revisão. A persistente deterioração da atividade econômica, sobretudo do ERJ, continua impondo uma forte redução nas expectativas de arrecadação do ICMS para 2016. Ainda que a confiança por parte dos agentes econômicos venha sendo retomada, a economia fluminense não tem apresentado sinais contundentes de recuperação. Diante destas expectativas, a receita de ICMS foi revista para R\$ 31,3 bilhões, ficando evidenciado que a alteração das alíquotas ainda não correspondeu à expectativa.
2. **Receita Financeira** - A estimativa para esta receita foi reduzida em R\$ 72 milhões face à Revisão de Receita 1.4 de 2016, uma vez que os frequentes arrestos inviabilizam a apuração de saldo médio em caixa.
3. **Demais Transferências da União** – Essa receita foi reestimada para R\$ 125 milhões, R\$ 65 milhões a mais em comparação à 4ª Revisão. O Governo Federal publicou em outubro Medida Provisória nº. 749/2016 que dispõe sobre o Auxílio Financeiro – FEX aos Estados e Municípios relativo ao exercício de 2016, justificando tal ajuste nessa conta.
4. **IPI** – Reestimado em R\$ 784 milhões, menos R\$ 80 milhões frente à 4ª revisão. A nova previsão foi ajustada face ao Decreto 8.864, de 29/09/16 referente à 5ª Revisão da Programação Financeira de 2016 do Governo Federal, que projetou uma redução nos valores destinados aos entes subnacionais.
5. **CIDE** – Esta contribuição teve a previsão para 2016 reduzida para R\$ 82 milhões, uma diferença de menos R\$ 20 milhões em relação à 4ª revisão, justificada pela redução nas estimativas de repasse instada pelo Decreto 8.864, de 29/09/16, referente à 5ª Revisão da Programação Financeira de 2016 do Governo Federal, consequência da aprovação da PEC 31/2016 que trata da desvinculação de receitas da União.
6. **Multas e Juros** – Sua estimativa foi reajustada em R\$ 99 milhões para ajustar a estimativa ao desempenho arrecadatório dessa conta até outubro.



7. **Restituições e Indenizações** – Estimativa reduzida em R\$ 152 milhões em relação à Revisão de Receita 1.4 de 2016, considerando ajustes no fluxo de recursos financeiros realizado até outubro/16.
8. **Demais Receitas** – Alterado em menos R\$ 302 milhões, reajuste diversas subalíneas, com destaque para R\$ 250 milhões realocados na Rubrica de Receita Patrimonial, relativos ao valor pactuado na renovação por um ano do contrato da folha de pagamento do ERJ junto ao Bradesco.
9. **Outros** – Reajustado a maior em R\$ 238 milhões. Inclusão da Receita Patrimonial de R\$ 250 milhões comentada acima e ajustes de diversas subalíneas.
10. **Royalties** – Apesar de a Receita de Participações Governamentais não ter sofrido alteração na previsão de repasse, houve mudança na classificação de Fontes dessa Receita, conforme demonstrado na tabela abaixo, consequência do acerto da parcela referente à produção do pré-sal, informada pela ANP.

Tabela 2

ROYALTIES		1.4 Revisão (D)	1.5 Revisão (D)
		3.483.088.163	3.483.088.163
Fonte 104	Tranferências aos Municípios	264.877.086	285.790.887
	PASEP	32.182.111	31.972.973
	FECAM	225.205.837	238.079.898
	Indenização a União	1.036.981.843	1.036.981.843
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	1.923.841.286	1.890.262.562

*Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

Tabela 3 - Estimativa de Valores das Contas Redutoras em 2016

Em R\$

ESTIMATIVA DOS VALORES DAS CONTAS DEDUTORAS DE FUNDEB E MUNICÍPIOS			
	1.4 Revisão (A)	1.5 Revisão (B)	ΔB/A
FUNDEB	5.857.144.431	5.750.645.728	-1,8%
RETORNO FR 15	2.584.558.388	2.540.107.323	-1,7%
100	2.484.886.635	2.446.684.814	-1,5%
107	99.671.754	93.422.509	-6,3%
PERDA LÍQUIDA	3.272.586.043	3.210.538.406	-1,9%
100	2.969.273.256	2.912.976.375	-1,9%
107	303.312.786	297.562.031	-1,9%
MUNICÍPIOS	10.160.934.671	10.007.726.064	-1,5%
100	9.654.555.832	9.505.433.424	-1,5%
104	264.877.086	285.790.887	7,9%
107	216.028.380	196.028.380	-9,3%
126	25.473.372	20.473.373	-19,6%
TOTAL	16.018.079.102	15.758.371.793	-1,6%

Tabela 4 - Reestimativa de Receita Tesouro 2016 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	REVISÃO 1.4 (D)	REVISÃO 1.5 (E)	REVISÃO 1.5 X REVISÃO 1.4	
				(E - D)	% (E/D-1)
IRRF	100	3.090	3.090		
IPVA	100	2.840	2.840		
ITD	100	1.338	1.338		
ICMS	100	31.996	31.277	(718)	-2,2%
Multas e Juros	100	549	643	93	17,0%
Dívida Ativa	100	310	321	11	3,4%
Receita Financeira	100	0	-	()	-100,0%
Restituições	100	37	-	(37)	-100,0%
Outros	100	-	-		
TOTAL	100	40.161	39.510	(652)	-1,6%
Receita Financeira	101	128	60	(68)	-53,1%
Demais Transf. União	101	60	125	65	108,7%
Multas e Juros	101	2	3	1	39,6%
Indenizações e Restituições	101	198	83	(114)	-57,9%
Dívida Ativa	101	10	11	1	15,8%
Demais Receitas	101	352	50	(302)	-85,8%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	3	3	()	-7,4%
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	-	-		
Outros	101	108	474	367	340,3%
TOTAL¹	101	861	810	(51)	-5,9%
Royalties	104	1.559	1.593	34	2,2%
Outras	104	0	0		33,5%
Royalties	231	1.924	1.890	(34)	-1,7%
TOTAL		3.483	3.483		0,0%
Salário Educação	105	428	428		
Outros	105	15	10	(5)	-31,4%
TOTAL	105	442	438	(5)	-1,0%
FPE	107	1.281	1.281		
Receita Financeira	107	-	-		
IPI	107	864	784	(80)	-9,3%
Lei Kandir	107	86	86		
Outros	107	0	0		
TOTAL	107	2.231	2.151	(80)	-3,6%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	94	32	(62)	-65,9%
Outros	120	-	-		
Total	120	94	32	(62)	-65,9%
FECP	122	4.072	4.072		
Multas e Juros	122	13	18	5	34,7%
Dívida Ativa	122	7	7	()	-2,7%
TOTAL	122	4.093	4.097	4	0,1%
Outros	126	2	2	()	-3,4%
CIDE	126	102	82	(20)	-19,6%
TOTAL	126	103	83	(20)	-19,4%
Taxas	132	29	29		
Multas e Juros	132	1	1		
Dívida Ativa	132	1	1		65,6%
TOTAL	132	30	31		1,3%
Alienações	133	-	-		
Dep. Judiciais tributários	190	-	-		
Outros	190	2	2		
TOTAL	190	2	2		
Lei 147 - 151	191	-	-		
Outros	191	-	-		
TOTAL	191	-	-		
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	2.900	2.900		
Outros	195	1	-	(1)	-100,0%
Outros*	195	3	-	(3)	-100,0%
Outros	111	200	125	(75)	-37,5%
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	2.782	2.782		
Total Fontes de Recursos do Tesouro		57.386	56.443	(943)	-1,6%

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

E

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 5 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

		Em mil R\$						
ORIGEM DA RECEITA	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE**	6º BIMESTRE	TOTAL
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	7.214.002	6.660.859	5.806.101	6.665.457	5.496.255	6.703.096	38.545.771
	122	559.392	593.199	727.385	739.015	709.043	743.938	4.071.973
	132	3.698	5.220	3.690	4.735	3.923	8.031	29.298
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	-	-	-	-	-
	101	26.359	15.157	29.974	305.520	127.319	27.182	531.511
	104	868.796	112.740	299.142	142.032	71.992	98.525	1.593.226
	105	1.066	2.342	2.461	2.408	1.035	688	10.000
	126	202	298	230	204	15	551	1.500
	195	-	-	-	-	-	-	-
	231	-	141.282	274.479	710.381	296.918	467.203	1.890.263
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	1	1.080	84	456	964	134	2.719
	195	-	-	-	-	-	-	-
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	19.929	39.858	-	-	65.000	124.786
	107	391.524	309.997	354.820	296.589	317.358	480.759	2.151.047
	105	3	3	222.385	63.624	63.809	77.722	427.547
	126	16.103	20.517	-	24.912	124	20.238	81.893
	192	-	-	-	2.900.000	-	-	2.900.000
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	314.578	160.206	139.156	128.876	131.404	89.526	963.745
	101	9.800	22.988	22.738	37.124	27.600	29.963	150.213
	120	-	145	233	1.078	2.114	13.479	17.049
	122	5.038	4.896	3.228	4.262	5.183	2.708	25.316
	132	176	223	163	290	293	412	1.556
	191	-	-	-	-	-	-	-
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	48.266	838.734	54.427	34.724	34.791	1.770.611	2.781.552
22 ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	-	-	-	-	-
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	-	-	-	-	-
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	-	33	20	-	84	74	210
	120	-	-	-	7.083	4.110	3.807	15.000
Total Fontes de Recursos do Tesouro		9.488.252	8.952.060	7.997.861	12.082.735	7.305.392	10.617.030	56.443.330

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

VIII – Conclusão

Diante da lenta recuperação do cenário econômico atual, que continua apontando para indicadores negativos, bem como mudanças relativas ao desempenho das fontes de recursos atinentes ao Tesouro Estadual, divulga-se esta Nota com a arrecadação esperada para o exercício, dando transparência à expressiva frustração de Receitas, com forte repercussão negativa no equilíbrio orçamentário e financeiro do ERJ.

A profunda e continuada retração da atividade econômica tem impactado os resultados projetados para as Receitas Tributárias, apontando para um ajuste do orçamento previsto para o ano de 2016 em consonância com os recursos esperados.

O acompanhamento da arrecadação poderá sugerir a reavaliação das Receitas do próximo bimestre, caso novos indicadores sejam divulgados.



Raphael Philippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal



Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,



Gustavo de Oliveira Barbosa
Secretário de Estado de Fazenda